



SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS E A POLIEDRO – INFORMÁTICA, CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, INCLUINDO ATUALIZAÇÃO DE VERSÕES, DA PLATAFORMA DE ENSINO A DISTÂNCIA VIA WEB (WEBAULA).

Aos vinte e quatro dias do mês de dezembro de dois mil e nove, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE e neste ato representada pelo seu Diretor-Geral, o senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília - DF, e a POLIEDRO – INFORMÁTICA, CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA., situada no SHC/Sul Quadra 506, Bloco “B”, n. 21, Ed. Poliedro, Brasília - DF, inscrita no CNPJ sob o n. 02.660.447/0001-12, daqui por diante denominada CONTRATADA e neste ato representada por seu Sócio-Gerente, o senhor LUIZ CARLOS GARCIA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília – DF, resolvem celebrar o presente Aditivo, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, doravante denominada simplesmente LEI, e no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, em especial no artigo 25, *caput*, da LEI, correspondente ao artigo 21, *caput*, do REGULAMENTO, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

O presente aditivo decorre da prorrogação contratual, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 26/12/09, com amparo no inciso II do artigo 57 da LEI, c/c com o inciso II do artigo 105 do REGULAMENTO.

Este instrumento atualiza, ainda:

- a) o valor dos salários das categorias, tendo em vista reajuste de 5,72% (cinco inteiros e setenta e dois centésimos por cento) concedido por meio de Convenção Coletiva de Trabalho;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- b) a revisão dos valores do ticket refeição/alimentação, de R\$ 7,38 para R\$ 7,80, a partir de 1º/7/09; e
- c) o plano de Assitência Médico-Hospitalar, a partir de 1º/8/09, concedido em razão da referida Convenção Coletiva.

O Contrato ora aditado, com sua numeração alterada para 2007/186.2, passa a vigorar com a redação modificada nas seguintes cláusulas:

“

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção e suporte técnico, incluindo atualização de versões, da Plataforma de Ensino a Distância via web (Weaula), ferramenta também identificada como *LMS – Learning Management System* (Sistema de Gerenciamento de Treinamentos) – *e-Learning*, utilizada pela Câmara dos Deputados, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as exigências e demais condições e especificações expressas no processo em referência, no presente instrumento contratual e na proposta da CONTRATADA.

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais vigentes, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor decorrente do presente Contrato, em razão de inclusão ou exclusão de componentes do objeto, nas mesmas condições de sua proposta, em conformidade com o §1º do artigo 65 da LEI, correspondente ao §1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

Parágrafo segundo – Fazem parte do presente Contrato, para todos os efeitos:

- a) Correspondência da CONTRATADA, datada de 4/9/09;
 - b) Declaração de propriedade e exclusividade emitida pela ASSESPRO – Regional DF, datada de 8/12/09;
-

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O valor total do presente Contrato é de **R\$52.669,44** (cinquenta e dois mil, seiscentos e sessenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), a ser pago em 12 (doze) parcelas mensais de **R\$4.389,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e nove reais e doze centavos).

Parágrafo primeiro – O pagamento dos serviços prestados pela CONTRATADA e aceitos definitivamente pela CONTRATANTE será efetuado mensalmente por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, acompanhada da Certidão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND) e do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), ambos dentro dos prazos de validade neles expressos, para atestação pelo órgão fiscalizador. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo segundo – Os pagamentos serão efetuados com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir do aceite definitivo dos serviços e da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Parágrafo terceiro – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que trata o artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com a redação dada pelas Leis n. 9.711, de 1998, e n. 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo quarto – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

Parágrafo quinto – Ocorrendo atraso de pagamento, o valor devido deverá ser atualizado financeiramente entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo com a variação “pro rata tempore” do IGP-M (FGV) ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente, acrescido de multa de 2% e juros de 0,0333% ao dia sobre o valor atualizado, e demais cominações legais, independentemente de notificação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto da Nota de Empenho n. 2009NE003756, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho:
01128055340910001 – Capacitação de Recursos Humanos

- Natureza da Despesa:
3.0.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 – Aplicações Diretas
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CLAÚSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste Contrato será de 26/12/09 a 25/12/10, podendo ser prorrogado com amparo no artigo 57, inciso II, da LEI, c/c o artigo 105, inciso II, do REGULAMENTO.

Parágrafo único – O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais que não tenham sido expressamente modificadas por este Aditivo.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 4 (quatro) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 24 de dezembro de 2009.

Pela CONTRATANTE:

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida
Diretor-Geral
CPF n. 358.677.601-20

Pela CONTRATADA:

Luiz Carlos Garcia
Sócio-Gerente
CPF n. 092.898.796-53

Testemunhas: 1) _____

2) _____
CCONT/CT